



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA
GERAL

001 ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA
002 PÚBLICA GERAL, REALIZADA ÀS 09H00M DO DIA 20 DE MAIO DE 2016, NA SEDE DA
003 DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, LOCALIZADA NA AV. PINTO
004 BANDEIRA, Nº 1.111, LUCIANO CAVALCANTE, FORTALEZA, CEARÁ. A Reunião foi
005 convocada por ato da Presidente do Conselho Superior, Dra. Mariana Lobo Botelho de Albuquerque,
006 através de e-mail institucional regularmente distribuído a todos os respectivos membros, tendo como
007 pauta: 1. AUTOS-SPU Nº 13741080-8, assunto: Proposta do Código de Ética, proponente: Assessoria
008 de Relacionamento Institucional, relator: Cons. Luís Fernando de Castro da Paz; 2. AUTOS-SPU Nº
009 16176009-01, assunto: Proposta de edição de Resolução, no qual se busca disciplinar o instituto do
010 incidente de Resolução de demandas repetitivas, proponente: Dr. Régis Gurgel do Amaral Jereissati,
011 relatora: Cons. Sheila Florêncio Alves Falconeri; 3. AUTOS-SPU Nº 16086043-1, assunto:
012 impugnação à Lista de Anitiguidade, proponente: Dra. Emília Cavalcante Nobre Gentil e Dra. Sâmia
013 Costa Farias Maia, relatora-vista: Cons. Sheila Florêncio Alves Falconeri; 4. AUTOS-SPU Nº
014 15467644-6 apenso ao 15554603-1, assunto: Sugestão de modificação das atribuições dos órgãos de
015 atuação desta Defensoria Pública citados em anexo / Sugestão de designação de Defensores Públicos e
016 Proposta de alteração de Resolução, proponente: Ouvidoria Geral da Defensoria Pública e
017 Corregedoria Geral da Defensoria Pública, relatora: Ouvidoria Geral. Compareceram os seguintes
018 membros: A Defensora Pública Geral e Presidente do Conselho Superior, Exma. Sra. Mariana Lobo
019 Botelho de Albuquerque, Conselheira Nata; O Subdefensor Público Geral, Exmo. Sr. Leonardo
020 Antônio de Moura Júnior, Conselheiro Nato; O Corregedor Geral, Exmo. Sr. Luís Fernando de Castro
021 da Paz, Conselheiro Nato; Exmo. Sr. Gustavo Gonçalves de Barros, Conselheiro Eleito; Exmo. Sr.
022 Túlio Iumatti Ferreira, Conselheiro Eleito; Exma. Sra. Sheila Florêncio Alves Falconeri, Conselheira
023 Eleita; Exmo. Sr. Alfredo Jorge Homs Neto, Conselheiro Eleito. Presente ainda a Ouvidora Geral,
024 Ilma. Sra. Merilane Pires Coelho e representando a ADPEC, Exma. Sra. Sandra Moura de Sá. A sessão
025
026
027
028
029
030
031
032
033
034
035
036
037
038



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

039 foi presidida pela Exma. Sra. Mariana Lobo Botelho de Albuquerque e secretariada pelo Exmo. Sr.
040 Samuel de Araújo Marques. Foi aprovada a Súmula da ata da 9ª Sessão Ordinária, realizada no dia
041 06/05/2016. De acordo com o art. 22, inc. IV, "a" do Regimento Interno do Conselho Superior, a
042 Sessão iniciou-se com os **informes**: A Presidente do Conselho Superior, Exma. Sra. Mariana Lobo,
043 teve que sair no transcurso da sessão, em virtude de uma reunião pré agendada com o Exmo. Sr.
044 Governador do Estado do Ceará, Camilo Santana. A Comissão responsável para elaboração da
045 proposta de atribuição dos Defensores Públicos do 2º Grau protocolaram proposta de Resolução que
046 fixa as atribuições da Defensoria Pública de Segundo Grau de Jurisdição do Estado do Ceará e sua
047 atuação nos Tribunais Superiores e dá outras providências, proposta essa que foi apensada ao processo
048 de relatoria do Cons. Luís Fernando, que trata do 2º Grau de Jurisdição. Sendo entregue em mãos ao
049 Cons. Luís Fernando de Castro da Paz na presente sessão. O Conselheiro Luís Fernando sugeriu que
050 haja uma intersessão entre a DPGE e o Juiz da Vara de Família de Sobral César Morel, a fim de
051 discutir sobre a reclamação realizada pela Defensora Emanuela Vasconcelos Leite, pois há um
052 quantitativo de, aproximadamente, 1.200 ações de execuções de alimentos que foram interpostas antes
053 da entrada em vigor do novo Código de Processo Civil, algumas contam com mais de 07 anos de
054 tramitação, inclusive, contando com mandados de prisão expedidos ou mesmo prisões decretadas. O
055 Conselheiro Túlio Iumatti pediu que o Conselho apreciasse sobre quais casos serão apreciados no
056 anexo II da Resolução nº 91, bem como pela questão das promoções e promover um debate com toda a
057 categoria. O Conselheiro Alfredo Jorge apresentou uma dúvida quanto a data da leitura do projeto da
058 lei que foi protocolado na AL, no que foi respondida pelo Presidente em exercício e pela Presidente da
059 ADPEC. O Conselheiro Alfredo Jorge propôs um voto de louvor para a Defensora Pública Regina
060 Mara, pela participação na Audiência Pública no CNJ, no que foi aprovado por unanimidade. O
061 Conselheiro Gustavo Gonçalves reiterou o pedido de solicitação de Defensor Público para atuar no
062 PROVITA. Solicitou a disponibilização das atas da 2ª sessão ordinária e 3ª sessão ordinária do
063 CONSUP no site desta DPGE. Requereu ainda, a disponibilização do texto da lei que foi enviado à AL
064 para todos os Conselheiros deste Egrégio CONSUP. A Cons. Sheila Florêncio pediu a retificação na
065 ata da 9ª Sessão Ordinária na parte que fala da nota abonadora da dra. Ana Mônica, corrigindo a
066 mesma, com o nome completo da Defensora Pública Ana Mônica Anselmo de Amorim. A Ouvidora
067 Geral informou que no dia 07 de junho de 2016, haverá um encontro entre a Defensoria Pública de
068 Itapipoca e o assentamento de Maceió. Informou ainda, que entregou a Defensora Pública Geral, os
069 relatórios de atividades da Ouvidora Geral desta DPGE. Acrescentou que esteve reunida com
070
071
072
073
074
075
076
077
078
079
080
081
082
083
084
085
086



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Conselho Superior

087 integrantes da sociedade civil, tendo encaminhado que a Defensoria passasse a atuar na questão das
088 escolas promovendo educação em direitos. A Presidente do CONSUP solicitou a inversão da pauta,
090 considerando a presença dos Defensores Públicos interessados nos processos nº **16086043-1** e
091 **15467644-6 apenso ao 15554603-1**. Em pauta o processo nº **16086043-1**, que tem como parte
092 interessada a Dra. Emília Cavalcante Nobre Gentil e Dra. Sâmia Costa Farias Maia, onde apresenta
093 impugnação à Lista de Antiguidade, sendo a relatora vista a Cons. Sheila Florêncio Alves Falconeri
094 que apresentou seu voto no sentido de acolhimento do pleito, corrigindo, assim, a lista de antiguidade
095 publicada aos 28 de janeiro de 2016, incluindo-se os nomes das Defensoras Públicas Sâmia Costa
096 Farias Maia e Emília Cavalcante Nobre Gentil, nessa ordem, logo abaixo do nome da Defensora
097 Pública Dóris Rachel da Silva Julião, no que foi acompanhada pela Defensora Geral, Dra. Mariana
098 Lobo e pelo Subdefensor Público Geral, Dr. Leonardo Antônio. Importante ressaltar que os
099 Conselheiros Luís Fernando de Castro da Paz e Alfredo Jorge Homsí Neto apresentaram voto no
100 sentido de rejeição do pleito, conforme ata da 9ª Sessão Ordinária do CONSUP, realizada no dia 06 de
101 maio de 2016. Os Conselheiros Gustavo Gonçalves e Túlio Iumatti acompanharam o voto do
102 Conselheiro Vista Luís Fernando. Foi então rejeitada a solicitação por maioria, ficando deliberado que
103 as Defensoras Públicas Dra. Emília Cavalcante Nobre Gentil e Dra. Sâmia Costa Farias Maia possam
104 usar novamente os títulos. Em pauta o processo nº **15467644-6 apenso ao 15554603-1**, que tem como
105 parte interessada a Ouvidoria Geral da Defensoria Pública e Corregedoria Geral da Defensoria Pública,
106 onde apresenta uma Sugestão de modificação das atribuições dos órgãos de atuação desta Defensoria
107 Pública citados no processo e Sugestão de designação de Defensores Públicos e Proposta de alteração
108 de Resolução, sendo a relatora vista a Ouvidoria Geral desta DPGE, Ilma. Sra. Merilane Pires Coelho.
109 O Defensor Público Paulo Bentes solicitou sustentação oral, no que foi aprovado pela Presidência.
110 Logo após, fez uso da palavra o Defensor Público Paulo Bentes. A Ouvidoria Geral desta DPGE, Ilma.
111 Sra. Merilane Pires Coelho defende a vinculação de 2 unidades de Juizados Especiais a um órgão
112 defensorial. Entretanto, caso este Egrégio Conselho Superior decida pelo indeferimento, cumpre-nos
113 propor que essa decisão não atinja futuros cargos destinados por lei aos juizados. A Proposta foi
114 rejeitada por unanimidade. Em pauta o processo nº **13741080-8**, que tem como parte interessada a
115 Assessoria de Relacionamento Institucional da Defensoria Geral, onde apresenta Proposta do Código
116 de Ética, sendo o relator o Cons. Luís Fernando de Castro da Paz, que apresentou seu voto no sentido
117 de regulamentação da proposta, no que foi acompanhado pelo Conselheiro Alfredo Jorge. O
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior

134 Conselheiros Túlio Iumatti, Sheila Florêncio, Gustavo Gonçalves, Leonardo Antônio votaram no
135 sentido de rejeitarem preliminarmente a proposta tendo em vista que a lei complementar nº 06/1997 já
136 alberga diversas hipóteses previstas no mencionado código de ética, no que foi a proposta foi rejeitada
137 preliminarmente por maioria. Em pauta o processo nº 16176009-0, que tem como parte interessa o dr.
138 Régis Gurgel do Amaral Jereissati, onde apresenta uma proposta de edição de Resolução, no qual se
141 busca disciplinar o instituto do incidente de Resolução de demandas repetitivas, sendo a relatora a
142 Conselheira Sheila Florêncio Alves Falconeri, que solicitou a retirada de pauta para realizar um estudo
143 comparativo no que foi decidido nos autos do processo nº 16021202-2, no que foi acompanhado por
144 unanimidade. O Presidente do Conselho Superior em exercício perguntou aos demais Conselheiros se
147 tinham mais algum assunto a tratar, e como nada disseram, a reunião deu-se por encerrada por ato de
148 seu Presidente em exercício às 11h36m. Fortaleza, 20 de maio de 2016.
149
150


Mariana Lobo Botelho de Albuquerque
Conselheira Nata


Gustavo Gonçalves de Barros
Conselheiro Eleito


Leonardo Antônio de Moura Júnior
Conselheiro Nato


Túlio Iumatti Ferreira
Conselheiro Eleito

Luís Fernando de Castro da Paz
Conselheiro Nato



Sheila Florêncio Alves Falconeri
Conselheira Eleita





**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Conselho Superior


Alfredo Jorge Homs Neto
Conselheiro Eleito


Merilane Pires Coelho
Ouvidora Geral


Sandra Moura de Sá
Representante da ADPEC


Samuel de Araújo Marques
Secretário Geral